

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião
03/06/2022	Início	10h00	Término 12h20	Videoconferência	Robert Rosa

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO - PAUTA

1. PDTIC - apreciação e aprovação;
2. Acordo de Nível de Serviço (SLA);
3. Projetos:
 - a. Cancelamento: “Central de Autenticação de Serviços”;
 - b. Inclusão de projetos no portfólio:
 - SAA Sistema de Atendimento e Atermações (reescrita do NAAV);
 - Avaliação de desempenho no SIADE.
 - Cadastro de Autoridades;
 - c. Dilatação do prazo de projetos atrasados e de expiração iminente.
4. Apresentação da Vara de Ji-Paraná no metaverso - Apres. Juiz Carlos Chagas
5. Definição de plano de continuidade institucional para subsidiar/nortear a SETIC na confecção do seu PCN.
6. Plano de contratações 2022;
7. Proposta prévia orçamentária 2023;
8. Posse dos novos servidores e convênio para atuação do servidor Mikael no CNJ.

3. PARTICIPANTES

	Nome	Lotação
1	Carlos Augusto Gomes Lôbo	Desembargador do Trabalho
2	Ricardo César Lima de Carvalho Sousa	Juiz do Trabalho
3	Romário Nunes Thaddeu	Diretor-Geral
4	Weslei Maltezo	Secretário de Gestão Estratégica
5	Robert Armando Rosa	Secretário de TIC
6	Vinícius Vieira Marques	Chefe da Governança de TIC
7	Joenir José Della Flora	Servidor da área de GOVTI

4. DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTO DA PAUTA

1. PDTIC - apreciação e aprovação;

Vinicius iniciou a reunião apresentando o documento de revisão do PDTIC (versão 2022-1), destacando os principais itens trazidos na edição deste ano do plano. Primeiramente apresentou a análise de rotatividade, onde informou que a metodologia utilizada na confecção desta análise ainda carece de melhorias. O Juiz Ricardo sugeriu a adequação da fórmula de cálculo, de modo a desconsiderar os acréscimos de pessoal. Romário sugeriu que a análise passasse a considerar um peso maior para o cálculo das saídas de servidores do quadro permanente. Robert e Vinicius sugeriram a validação do documento sem novas mudanças textuais tendo em vista o prazo para publicação, deixando para uma próxima revisão do PDTIC a melhoria da sistemática de cálculo. Weslei sugeriu apor informação ao documento esclarecendo que os resultados de rotatividade apresentados precisam ser interpretados conforme o que foi discutido até então, momento em que Vinicius informou que vai inserir essa consideração no documento e compartilhará com os membros do comitê. O próximo item do PDTIC apresentado por Vinicius foi a seção de Gestão de Riscos. Weslei fez a observação para que a SETIC compartilhe a ferramenta de gestão de riscos que está sendo analisada para aquisição com as demais unidades deste Tribunal. Vinicius asseverou que este já era o plano da SETIC ao sugerir o quantitativo de licenças na coparticipação para aquisição da solução. Após a explanação sobre a ferramenta de gestão de riscos, Vinicius continuou a apresentar o documento revisado do PDTIC, destacando os principais pontos como a proposta orçamentária de 2022, a atualização de competências e capacitações dos servidores da SETIC e os novos parâmetros e regularidade utilizados nos indicadores de desempenho.

2. Acordo de Nível de Serviço (SLA);

Vinicius informou que não houve alterações no catálogo de serviços da SETIC, não sendo necessárias, portanto, discussões ou deliberações neste sentido pelo comitê.

3. Projetos:

Joenir iniciou apresentando os projetos do portfólio que requerem atenção especial. Vinicius levantou a desnecessidade da continuação do Projeto “CAS - Central de Autenticação de Serviços”, onde o comitê manifestou-se favorável ao cancelamento deste projeto. Joenir seguiu apresentando os três novos projetos que surgiram mediante demandas na SETIC, sendo eles: “Aprimoramento do Sistema NAAV (reescrita do NAAV)”, “Avaliação de Desempenho para Servidores Jurídicos no Sistema SIADE” e “Cadastro de Autoridades”. O Des. Carlos Augusto Gomes Lôbo citou a necessidade de o comitê melhorar a sistemática de priorização dos projetos, para ser possível maior controle do impacto provocado por demandas novas ou menos prioritárias. Vinicius concordou com a observação do Des. Lôbo, reforçando que a priorização de

ações é uma das competências deste comitê e que, para se alcançar um processo adequado de priorização no comitê é preciso haver um amadurecimento abrangente de outras partes, não só do Comitê de Governança - como por exemplo, incrementando a periodicidade das reuniões, como também de toda a secretaria de tecnologia, seus gestores e instrumentos de diagnóstico. Robert informou que ainda existe uma grande dificuldade na execução ideal da metodologia de projetos, não somente por este Tribunal, mas que essa dificuldade tem se mostrado de maneira generalizada entre os Tribunais. Após estas explicações o comitê manifestou-se favorável aos três projetos novos. Outro ponto destacado pelo secretário de TIC foi a necessidade de dilatação dos projetos cujos prazos encontram-se comprometidos por estarem associados a ações de contratações/licitações, sendo que seis projetos encontram-se nesta situação:

- Solução de Hiperconvergência;
- Firewall de Aplicação;
- Site Witness;
- Implantação de Servidor de arquivos em Nuvem;
- Containerização de aplicações; e
- Aquisição de software de solução de backup.

Vinícius ainda destacou que o projeto “Diagnóstico de conformidade de aplicações em relação à LGPD”, não está associado a nenhuma ação de contratação, porém, encontra-se atrasado por exigir complexos desdobramentos, técnicos e interpretativos (de legislação) para sua execução. Feito isso, ele e o secretário de TIC solicitaram o adiamento da conclusão destes sete projetos para o final de novembro de 2022 e todos os membros se mostraram favoráveis ao adiamento dos sete projetos, assim, o prazo final de entrega passa a ser agora o fim do mês de novembro de 2022.

4. Apresentação da Vara de Ji-Paraná no metaverso

O Juiz Carlos Antônio Chagas Júnior ingressou na reunião para apresentar a Vara de Ji-Paraná através da ferramenta de imersão no metaverso AltspaceVR. Informou a possibilidade de incluir eventos relacionados à justiça do trabalho no metaverso. Solicitou a divulgação desta inovação em algum local adequado no portal institucional do TRT14. Weslei levantou a necessidade de oficializar primeiramente junto ao CSJT as adequações necessárias para a disponibilização desta opção. Robert sugeriu que a princípio houvesse a possibilidade de haver o atendimento geral ao público que procura o TRT14 através da VT de Ji-Paraná, por ela já estar no citado ambiente virtual, sendo considerado, assim, um projeto piloto de atendimento do TRT14 pelo metaverso. O Juiz Carlos Chagas aceitou a ideia e se dispôs a ajudar em sua concretização ficando com o compromisso de formalizar o pedido de autorização à Presidência. O CGTIC não vê óbice para a iniciativa que na prática irá possibilitar atendimento no ambiente do metaverso para informações processuais, redirecionando o usuário ao balcão virtual, sempre que necessário.

5. Definição de plano de continuidade institucional para subsidiar/nortear a SETIC na confecção do seu PCN.

Vinícius levantou a necessidade de o TRT14, em nível institucional, definir o seu Plano de Continuidade de Negócios - PCN do TRT14, para que a SETIC possa desdobrá-lo, definindo o PCN de Tecnologia. Wesley informou que ainda não houve iniciativa neste assunto, propondo a abertura de processo no Proad para atender a essa demanda. Todos concordaram com a ideia.

6. Plano de contratações 2022;

Robert apresentou o Plano de Contratações de 2022 destacando a alteração do valor da ação de contratação de Solução de Hiperconvergência. Justificou o remanejamento dos valores que a princípio estavam alocados para aquisição de computadores no aumento do orçamento para a ação de maior importância.

7. Proposta prévia orçamentária 2023;

Robert apresentou a proposta prévia orçamentária de 2023 destacando os investimentos previstos para a migração em nuvem (Oracle Cloud) e ainda justificou uma redução significativa em relação ao orçamento previsto para 2022, já que neste ano (2022) há uma ação de aquisição de grande vulto (Solução de Hiperconvergência).

8. Posse dos novos servidores e convênio para atuação do servidor Mikael no CNJ.

Robert informou sobre o ingresso dos oito novos servidores da SETIC, destacando a oportunidade da alocação do servidor Mikael no CNJ, onde já atuava, por meio de instrumento de colaboração. Através desse acordo de colaboração, o TRT14 poderá atender seus interesses e os do Conselho Nacional de Justiça que tem reforçado a política de cooperação interinstitucional entre os Tribunais através do compartilhamento de mão de obra destinada a Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ

O Des. Carlos A. G. Lôbo, às 12:20, declarou encerrada a reunião.

5. FECHAMENTO DA ATA

Data da ata	Relator
07/06/2022	Robert Armando Rosa

Documento datado e assinado eletronicamente